

O FAVOR E A POSIÇÃO SOCIAL DO HOMEM LIVRE POBRE NO ROMANCE RURAL DO XIX

THE FAVOR AND THE SOCIAL POSITION OF THE POOR FREE MAN IN RURAL NOVEL OF THE 19TH CENTURY

Fernando C. Gil*

RESUMO

O ensaio reflete sobre a figuração social dos homens livres pobres no romance rural do século XIX. A partir da abordagem da “sorte dos pobres” no estudo *Um mestre na periferia do capitalismo*, de Roberto Schwarz, procura-se analisar não somente a centralidade desta figura, mas também a sua posição social variada na ficção rural.

PALAVRAS-CHAVE: romance rural; *Um mestre na periferia do capitalismo*; homens livres pobres.

ABSTRACT: This essay reflects on the role of poor free men in rural novels of the 19th century. From a point of view of the “fate of the poor” in Roberto Schwarz’s “A Master on the Periphery of Capitalism: Machado de Assis”, the essay attempts to analyze not only the centrality of this figure, but also its varied social standing in rural fiction.

KEYWORDS: rural novel; A master on the periphery of capitalism: Machado de Assis; poor free men

No livro *Um mestre na periferia do capitalismo*, o seu já clássico estudo sobre *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Roberto Schwarz faz uma observação de suma importância para o estudo da “sorte dos pobres” na literatura brasileira do século XIX. Referindo-se ao destino social de Eugênia, a flor da moita, por quem Brás Cubas se engraça muito rápida e perfidamente, o ensaísta assinala que a nossa personagem coxa, embora não sendo propriamente pobre, é daqueles indivíduos cuja vida depende do capricho da classe dominante para não ter má sina na vida. Como se sabe, Eugênia não terá o reconhecimento de um grande e acaba esmolando num cortiço.

Passo seguinte, Roberto Schwarz sustenta que o percurso de Eugênia, como tantos outros personagens da literatura, “encerra a generalidade da situação do homem livre e pobre no Brasil escravista”:

Não sendo proprietários nem escravos, estas personagens não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante. (...) Assim, se não alcançam alguma espécie de proteção, os homens pobres vivem ao deus-dará, sobretudo cortados da esfera material e institucional do mundo contemporâneo. (SCHWARZ, 1990, p. 83-84)

Sem negar a importância que a *mediação do favor*, formulada nos termos de Roberto Schwarz, tem para o modo de reprodução social dos homens livres pobres, na sua posição de dependente, e o como este elemento se infiltra na formalização literária, particularmente na obra machadiana, ganhando potência ficcional reveladora, pode ser, todavia, interessante e produtivo atentar-se para a representação social dos homens livres pobres em alguns romances rurais brasileiros do XIX. Observação mais cuidada para esta ficção pode nos mostrar, por parte de muitos dos nossos escritores, uma tentativa de representação desta figura social em posições sociais as mais diversas, as quais implicam relações sociais não menos variadas. E se estas, por um lado, incluem as relações de favor, por outro, não se limitam a elas.

* Professor de Literatura Brasileira da Universidade Federal do Paraná/CNPq.

É fundamental, antes de tudo, destacar a própria centralidade que os homens livres pobres ocupam no romance rural. Eles são protagonistas em muitas destas obras, como n'O tronco do ipê, Til e O sertanejo, de José de Alencar, em Inocência, de Taunay, O cabeleira, de Franklin Távora, e n'O Ermitão de Muquém, de Bernardo Guimarães. Ou, quando não são protagonistas, não deixam de ocupar papel relevante no desenrolar da trama, como se tem, por exemplo, no romance de Manuel de Oliveira Paiva, Dona Guidinha do Poço, com o personagem Secundino, amante de Guidinha. Isso para dar apenas alguns exemplos.

Ainda que de forma breve, vejamos a posição desta figura em algumas das narrativas. Em dois romances de fazenda de José de Alencar, n'O sertanejo e n'O tronco do Ipê, temos a figura do agregado, do dependente. Arnaldo Louredo, d'O sertanejo, e Mário Figueira, d'O troco do Ipê, possuem perfis sociais e literários muito diferentes entre si, sublinhe-se, e por razões diferentes ambos orbitam na ordem das relações de favor e de dependência. No caso do sertanejo Arnaldo, porque de fato ele, bem como a sua família, é um agregado da fazenda dos Campelos. Posição esta, diga-se, que a todo o momento fica tensionada com a dimensão e a estatura mais elevada e heroica que o romance pretende atribuir ao protagonista como representante da nacionalidade.

Já Mário se vê submetido ao poder de um grande, que é o barão da Espera. Salvo engano, O tronco do ipê é a manifestação mais explícita, na literatura brasileira, do ressentimento do dependente. Mais ainda porque Mário se percebe como proprietário expropriado de suas terras as quais teriam sido tomadas de modo ilícito pelo barão, após a morte de seu pai. Saliente-se que Joaquim de Freitas, o barão e amigo do pai de Mário desde a infância, ainda estaria envolvido na misteriosa morte do pai do protagonista nas águas do boqueirão. Mas o conflito entre o barão e Mário, entre proprietário e protegido, que constitui boa parte do romance, tende a se desfazer paulatinamente, até que ao fim da história o nosso ressentido herói se torna um ex-protegido. A solução conciliatória alencariana repõe no lugar o que desde o início parece devido ao protagonista, ou seja, a condição de Mário como proprietário – ao se engrinaldar com Alice, a filha do barão.

Estes dois romances parecem estar mais próximos do modelo explicativo de Roberto Schwarz na medida em que figura as atribuições do dependente nas malhas de um grande proprietário. Muito embora, sublinhe-se, não seja a questão da dependência propriamente a problematização direta e central da trama. Ela surge digamos obliquamente, já que acaba ora se sobrepondo ora se justapondo a outros problemas ou temas desenvolvidos. Mas o simples fato desta figuração não ser nomeada por inteira, e emergir meio que lateralmente, mas estando ali com força, parece ser um problema literário-ideológico muitíssimo interessante que pede investigação da crítica.

Antes de entrar nos romances que mais plenamente se diferenciam da perspectiva de Roberto Schwarz em relação aos pobres, é importante ao menos fazer alguma referência a um terceiro romance de Alencar, que é o Til. Esta obra também demonstra como a presença do homem livre pobre obstinava José de Alencar em seus romances rurais, mas não só neles. Neste sentido, não se pode deixar de destacar a aguda observação de Antonio Candido sobre a obra de Alencar segundo a qual como em todo o romancista de certa envergadura também há nele um sociólogo implícito. Candido faz esta observação ao constatar que o movimento narrativo dos seus romances “ganha força graças ao desnivelamento das posições sociais, que vão afetar a própria afetividade dos personagens. As posições sociais, por sua vez, estão ligadas ao nível econômico, que constitui preocupação central nos seus romances da cidade e da fazenda” (CANDIDO, 2006, p. 540).

O desnivelamento social e econômico em boa parte fundamenta a constituição do núcleo conflitivo d'O tronco do ipê e O sertanejo; entretanto, ele não é propriamente o mote que move o núcleo central de Til. Talvez, para os nossos objetivos aqui, podemos ficar com a parte final da história e com um rápido comentário sobre ela e o romance em geral. Ao fim do romance, a protagonista Berta, a Til, encontra-se rodeada dos camaradas com quem resolveu compartilhar a sua vida. Em vez de aceitar o reconhecimento da sua paternidade por parte do fazendeiro Luís Galvão e tomar o rumo da cidade de São Paulo com a família deste, Berta decide ficar em Palmas, na casa de Nhá Tudinha, que a criou, e tocar a vida rodeada por uma escrava ensandecida, Zana; por um rapaz com problemas mentais, Brás; e por um ex-jagunço

redimido, Jão-Fera. A situação de Berta e de seu coadjuvante Jão ainda se põe nas redes das relações de dependência em face de um grande. Isso sob vários aspectos que vão da construção da perspectiva ideológica da personagem à própria relação ambígua do jagunço Jão com a família Galvão. Jão-Fera, por exemplo, se põe de potencial exterminador a protetor da família fazendeira. Digamos que o romance tem a moldura e certo andamento ideológico que Roberto Schwarz delinea em face do problema dos homens livres pobres, mas a saída tentada pelo romance e pelos personagens é de outra ordem. Não se trata de um ajuste à dependência ou de compromisso social com ela em razão de algum benefício social. Berta tenta sobreviver à margem do favor.

Sem querer forçar a nota, eu diria que Berta se alinha com o trabalho possível, que emerge numa das imagens finais do romance: nesta passagem, o ex-matador Jão surge, não com uma arma na mão, mas, como diz o narrador, “curvado sobre a enxada, carpando a terra e preparando as leiras para a plantação do feijão” (ALENCAR, s. d., p. 197). Esta é a opção de Berta, ainda que a obra justifique a sua escolha por outra razão: a alma da moça “fora criada para perfumar os abismos da miséria que se cavam nas almas subvertidas pela desgraça”.

Quando dizemos que alguns romances rurais de Alencar tomam a forma do modelo explicativo de Roberto Schwarz se tem em vista, tão somente, reter que pontos importantes da sua abordagem sobre favor e dependência como matéria social e literária são elementos de presença significativa e recorrente na ficção rural alencariana, ainda que com um escopo e um andamento ficcional particular, bastante diferente daquele analisado pelo crítico na obra de Machado de Assis. No reconhecimento que o crítico faz da obra de José de Alencar como “uma das minas da literatura brasileira” com linhas de continuidades por todos os lados quando se olha para a nossa literatura (SCHWARZ, 2000, p. 38), e mais particularmente na longa e interessante nota vinte do capítulo “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, em *Ao vencedor as batatas*, ele chama a atenção, ao final, para o caráter relativamente bem-sucedido de *Til* e *O tronco do ipê*. Em algumas soluções encontradas por Alencar nestes romances de fazenda “brilham o talento mimético, a cultura brasileira e visão de conjunto de Alencar” (SCHWARZ, 2000, p. 63). Diz ainda:

É aliás na unidade de fôlego de seqüências longas e variadas, como esta a que nos referimos (parte IV, cap. I-IX, de *Til*), que se atesta a força romântica, “subjéctiva”, do narrador. É aí também, na presteza com que acodem as palavras e as imagens – presteza de que nem sempre o bestialógico está ausente – que a dicção de Alencar converge com a fala comum pré-literária. O andamento novelesco, por sua vez, decompõe-se em episódios breves, compatíveis com a narrativa de tradição popular. A mim, em matéria do que poderia ter sido, parece que são estes dois os seus melhores livros. (SCHWARZ, 2000, p. 64)

Interessante destacar que Roberto Schwarz toma em consideração, com tanto cuidado, certos aspectos de composição dos dois romances rurais de Alencar e não faz observação sequer sobre a presença do homem livre pobre nestes romances ou mais especialmente sobre as diversas formas de dependência ali figuradas. Justamente ele, que olhar mais agudo não há em nossa crítica para apreender estes dinamismos sociais incrustados na fatura ficcional. Numa nota referida ao desafogo da prosa ficcional alencariana, quando a ideologia do favor emerge nas bordas da intriga do romance *Senhora*, não é um tanto curioso, perguntamo-nos, e talvez ao mesmo tempo digamos sintomático, que o autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* não anote a presença da dependência se movimentando oblíqua mas fortemente na ficção rural de Alencar? Fazendo a pergunta em outros termos, afiado que é em sempre descobrir, situar, descrever, analisar e interpretar o movimento das coisas na ponta mais avançada do processo social, no lado onde as contradições do “conflito modernizador” aparentam ser mais agudas – ainda que na periferia do capitalismo –, que no caso aqui significa ver o Brasil a partir das cidades, não estaria o nosso crítico desconsiderando aquilo que é parte expressiva do todo e complementar à sua própria formulação? Ou ainda, até que ponto a visão agudíssima de Roberto Schwarz sobre a ponta do processo social e literário, girando sobre a obra machadiana, não tem reiterado, implicitamente, a perspectiva segundo a qual os “grotões” da sociedade, sobretudo no século XIX, seriam a expressão de “um vazio social” cujo tratamento da matéria social e, sobretudo, literária andaria na mesma ordem de

desimportância/irrelevância (WANDERLEY, 2009, p. 263)? Ali onde a crista da onda modernizante e modernizadora aparentemente parece não se evidenciar com a sua miríade de impasses e contradições na relação entre a forma romance e o processo social, Roberto Schwarz parece desarmar o olhar afiado ante esta mesma relação.

Dando um passo mais adiante, podemos nos aproximar do romance do Visconde de Taunay e perceber que a paisagem muda significativamente nesta narrativa. Se em José de Alencar, como se disse, a figura do homem livre pobre tende a se confundir com a figura do protegido, ainda que modalizada nas suas mais diversas formas de inserção social em face das relações de dependência, em Inocência, Cirino, o protagonista da história, é um sujeito que, com os seus parcos conhecimentos adquiridos como caixeiro de uma “botica velha e manhosa” de Ouro Preto e com o seu Chernoviz “já sebo de tanto uso”, sobrevive atendendo aqueles que nas cidades vizinhas, de início, e, depois, no sertão necessitassem dos seus serviços. Todo o conhecimento para o exercício da sua atividade “médica” se resumia, portanto, à união de “alguns conhecimentos de valor positivo” a “outros que a experiência lhe ia indicando ou que a voz do povo e a superstição lhe ministravam” (TAUNAY, 1977, p. 24).

Precariedade de condições bem próprias de personagens que transitam nesta faixa social, suficientes, no entanto, e este é um aspecto a ser destacado, para lhe dar certa mobilidade (autonomia?) social e, por assim dizer, também geográfica/espacial. Ao contrário dos protagonistas de Alencar cuja mobilidade geralmente depende de um grande, a situação de Cirino é diferente, pois a possibilidade de deslocamento passa a ser elemento constitutivo à sua atividade e à sua forma de sobrevivência, incluídos aí os “prazeres da carne”. “Afeito a hábitos de completa liberdade”, como nota o narrador, tal desenvoltura permite que sua imaginação sobre si mesmo também corra lépida e faceira, a ponto de se apresentar aos outros como doutor quando não passa de um prático de medicina popular.

Trânsito e mobilidade sociais expressam o fato de que o protagonista de Inocência ocupa espaço muito tensionado entre mundo urbano e mundo rural, ou ainda, entre os rigores do mundo patriarcal, representado por Pereira, pai de Inocência, e certo sopro possível de autonomia individual pretendido por Cirino. O ponto alto deste espírito mais individualista é expresso pelo sentimento do amor romântico do rapaz por Inocência. Tudo indica haver uma estreita relação entre a condição de homem livre pobre, mas com certa autonomia econômica –, se me é permitida a contradição dos termos –, e o impulso individualista que o amor romântico representa para o personagem. Impulso e sentimento que por assim dizer revestem a experiência de Cirino de certa “modernidade”. Ao menos o suficiente para entrar em conflito com os rigores do código patriarcal. Cirino tenta evitar o embate, busca articular um termo de compromisso com os valores patriarcais. Mas não consegue; ele é eliminado como também Inocência. O rarefeito espaço de autonomia individual é banido a bala em Inocência.

Um passo mais longo, e nos deparamos com um dos poucos romances rurais do XIX em que nem um grande nem a ordem patriarcal estabelecem o sistema de valores ideológico e literário que norteiam o campo de ação dos personagens e a movimentação da trama no seu conjunto. Ao mesmo tempo, todo ele é povoado de homens livres pobres. Refiro-me ao tão mal falado O cabeleira, de Franklin Távora. Este romance de Távora é todo ele habitado por uma espécie de arraia-miúda. As figuras socialmente mais elevadas formam apenas o pano de fundo histórico do entrecho. No mesmo passo, tais figuras religiosas ou da administração imputam certa respeitabilidade e senso de ordem ao mundo colonial em foco. Entretanto, não é da perspectiva destes personagens que emana o nó da questão do romance de Távora. Pois é a presença maciça de bandidos, marginais, pequenos mascates e comerciantes com a sua teia de relações mercantis lícitas e ilícitas que domina o mundo ficcional cuja história transcorre na segunda metade do século XVIII. A presença marcante deste universo social miúdo e periférico posta mesmo no centro da cena narrativa dá a dimensão inescapável da preocupação com relação a esta figura social.

Não só isso. A sua presença, encarnada sobretudo na figura de José Gomes, o Cabeleira, faz um dos cernes da estética de Franklin Távora balançar. Defensor ardoroso de uma forma tradicional de compreender a função da literatura, Távora entende que o romance “tinha finalidade edificante, cabendo

ao autor educar e moralizar o público” (MARTINS, 2011, p. 23). Tal postura pode ser encontrada nas Cartas a Cincinato, como já indicara Eduardo Vieira Martins, em passagens como esta, que também transcrevo aqui:

Parecendo-me, porém, que o romance tem influência civilizatória; que moraliza, educa, forma sentimento pelas lições e pelas advertências; que até certo ponto acompanha o teatro em suas vistas de conquista do ideal social – prefiro o romance íntimo, histórico, e até realista, ainda que este me não pareça característico dos tempos que correm. (TÁVORA apud Martins, 2011, p. 23).

Ela também ressoa forte no próprio corpo da narrativa d’O cabeleira, na qual parece haver pouca distinção entre a voz do crítico Távora e a do narrador de ficção. Vejamos:

Não é sem grande constrangimento, leitor, que a minha pena, molhada em tinta, graças a Deus, e não em sangue, descreve cenas de estranho canibalismo como as que nesta história se leem. Aperta-se-me naturalmente o coração sempre que me vejo obrigada a relatá-las. Entre os motivos da minha repugnância e da minha tristeza sobressai o seguinte: Eu vejo nestes horrores e desgraças a prova, infelizmente irrecusável, de o ente por excelência, a criatura fadada, como nenhuma outra, para altíssimos fins, pode cair na abjeção mais profunda, se o afastam dos seus sumos destinos circunstâncias de tempo e lugar que, nada, ou muito pouco valendo por si mesmas, são de grande peso para a perturbação do equilíbrio moral do rei da criação, tal é a fragilidade da realeza, ou antes das realezas humanas. Mas desgraçadamente estas cenas não são geradas pela minha fantasia. São fatos acontecidos há pouco mais de um século. Se alguns deles foram colhidos pela história, quase todos pertencem à tradição que no-los legou, antes como límpido espelho, que como tenebrosa notícia do passado. Não estou imaginando, estou, sim, recordando; e recordar é instruir, e quase sempre moralizar. Com estas razões considero-me justificado aos teus olhos, leitor benévolo. (TÁVORA, 1977, p. 98.)

O que chamei de balanceio da perspectiva ficcional de Franklin Távora se encontra no cerne da ação de escrita pretendida pelo autor no seu intuito entre edificar – antigo e tradicional preceito que compreende a literatura como moralizadora, e no caso o romance como “influência civilizadora” – e narrar/fabular. Configurada a partir da presença do homem livre pobre, a ficção de Távora se desdobra numa espécie de dupla moralidade. Uma interna à obra, encadeada no plano das ações da trama, e outra por assim dizer externa, ou que tem um alvo mais ostensivo para além do plano narrativo e que, como se percebe no trecho transcrito, se dirige a um leitor virtual.

Na primeira, o narrador “descreve cenas de estranho canibalismo”. Nestas O cabeleira potencializa um dos aspectos recorrentes do romance rural, que é a presença da violência. A violência, como “forma rotinizada de ajustamento nas relações sociais” (FRANCO, 1997, p. 3.), está presente das maneiras mais variadas neste romance e em outros romances rurais. Mas o que se destaca no de Franklin Távora é a conjugação de dois fatores que parecem funcionar como catalisadores, exacerbando a presença da brutalidade. Por um lado, a dimensão ficcional relativamente autônoma do mundo dos homens livres pobres sugere poder encenar uma única forma de ação, que é a da brutalidade. Como se no mundo social por onde estes personagens transitam, sem proprietários e com uma ordenação social muito difusa, a anomia fosse a única regra possível. Por outro lado, tal anomia, bem como a violência de que ela se reveste, tem um espaço social bem delimitado, que é o mundo rural. Do ponto de vista do romance rural em geral, e d’O Cabeleira em particular, o campo, o cerrado, o sertão não se encontram submetidos aos mesmos códigos sociais e morais que medeiam as relações da ficção urbana. No plano simbólico, o espaço rural revela-se aos olhos dos nossos escritores como o lugar do desgoverno, da tenuidade das normas, ou, na melhor das hipóteses, do arbítrio da dominação pessoal. Ao fim e ao cabo, o espaço que informa o romance rural e as relações sociais que ali se encenam acabam por constituir o âmbito de explicitação da brutalidade de nossa formação histórica.

Dizer que este elemento de brutalidade se põe na seara do que desde sempre a crítica chamou de aspecto exótico, pitoresco, localista da literatura regionalismo, dado à sofreguidão e saciedade de um leitor culto, cidadão, parece, nesta altura da discussão, uma simplificação muito grande do problema. O núcleo da questão sugere ser mesmo a natureza da matéria social rural configurada na forma romance que faz com que este personagem oscile ou se mostre tensionado entre a constrição social e a posição de herói, entre a barbárie que os grotões brasileiros sugerem à imaginação dos nossos escritores e a instável posição de herói (elevado).

Já na segunda “esfera” moral, se não se trata da elevação do protagonista propriamente dito, se trata de subtraí-lo, de algum modo, ao quadro de brutalidade em que se mostra envolvido. Isso tem o seu correlato no plano das ações, mas sua força se encontra mesmo na voz ena perspectiva do narrador. Muito mais que as ações e as transformações do personagem no plano da trama, é a instância narrativa que chama a si a responsabilidade de redimir José Gomes, menos para o plano interno da obra, mas muito mais ao olhos e à razão do leitor. Trata-se de uma espécie de acerto de contas público do autor-narrador e de sua matéria diante do leitor e, mais do que isso, diante da própria ideia que é conferida ao romance como “influência civilizadora” do ponto de vista de sua função social. Neste sentido, as cenas de “canibalismo” descritas que articulam a “imoralidade”, a barbárie, o banditismo, o lado infra-humano das ações no mundo rural, se redimensionam mediante o caráter edificante que cabe ao romance, e é esta face pública – tradicional – do gênero que acaba predominando. Condenado à morte na história, o autor-narrador o absolve no plano do discurso.

O Cabeleira vai ser, neste sentido, o caso mais explícito de uma dúplice moralidade, que todavia não deixa de estar presente em níveis diferentes nos outros romances mencionados. O descompasso, a tensão e o conflito entre a (i)moralidade da matéria narrada (engendrada na cultura rural e no seu sistema de valores) e a moralidade do discurso (originada do mundo letrado urbano) está na base do problema aqui em foco, que põe no centro da representação narrativa o homem livre pobre.

Penso que parece claro, nesta altura, que estou deixando de lado o tratamento literário dado ao tema nos romances. A precariedade e a puerilidade da apresentação e descrição dos personagens, das formas de articulação e de resolução dos conflitos existentes não desfazem o problema central que estamos abordando. Tal precariedade é ainda parte da natureza do nosso problema, embora não possa tocar o assunto aqui. E também a consciência social de nossos escritores em face da posição de classe do homem livre pobre e do que dela deriva parece ser bem menos clara do que estas anotações possam fazer acreditar – o que, como se observa, não se torna empecilho para fazê-lo objeto de relevância no plano da construção ficcional.

Sob este último ponto, a pergunta fundamental que está pressuposta até o momento, nesta exposição, é a seguinte: afinal, o que fez ao longo do século XIX que assassinos, bandidos, comerciantes de quinquilharias, pequenos proprietários e dependentes, essa figura que temos chamado do homem livre pobre, fosse alçada à protagonista deste tipo de ficção? Posto em outros termos, qual a configuração da matéria social que impele a imaginação dos nossos escritores a pôr no meio da cena literária a figura do homem livre pobre?

Para esboçar ao menos uma hipótese para esta questão, nos limites deste ensaio, talvez seja necessário, embora rapidamente, retornar a formulação de Roberto Schwarz, que na verdade não é dele, mas de toda uma tradição materialista e de esquerda sobre a compreensão da formação social brasileira (mas não só de esquerda também, diga-se de passagem). Esta tradição materialista moderna do pensamento social e histórico brasileira, que começa em Caio Prado Junior e tem o seu ponto alto de formulação com Fernando Novais, passando por Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, entre muitos outros, entende a formação social e econômica do país como predominantemente agrário-exportadora, dominada por grandes proprietários e escravos. Ou seja, a tríade: economia agroexportadora, grande propriedade/proprietário rural e mão-de-obra escrava. Nesta perspectiva, todo o valor da produção da riqueza se originaria quase que única e exclusivamente por meio do trabalho escravo. Na síntese desta lógica social, o lugar do homem livre pobre é o da dependência, em que a mediação universal do favor predomina, formulado magnificamente do ponto de vista literário por Schwarz para a leitura de Machado

de Assis. Entretanto, o que o romance rural aponta é a posição social variada desta figura, que não permite que ela seja entendida simplesmente pela noção de favor e de dependência, ainda que isso tudo possa estar presente e misturado a outras posições assumidas por estes personagens.

O ponto de vista aqui sugerido ganha sustentação e clareza se considerarmos certa vertente de reinterpretação histórica e sociológica das linhas de forças formativas do país, em andamento nas últimas três décadas, a qual chama a atenção, desde o período colonial, para a

constituição de um mercado de trabalho de mão-de-obra livre e sua importância, apesar da presença da escravidão em inúmeros contextos. Opõe-se, portanto, a uma visão bipolarizada e simplista dos sistemas de trabalho e de relações sociais nas colônias ibéricas assentada no binômio senhor-escravo, entendendo que a expansão da economia de mercado vinha acompanhada de oportunidades das quais usufruíam os demais setores. (Samara, 2005, p. 17)

Mais adiante a historiadora complementa:

Ao pensarmos nas economias coloniais voltadas para a exportação, geralmente aceitamos a premissa de que a produção dos gêneros alimentícios e as atividades artesanais e prestação de serviços formavam um setor secundário, estruturalmente desorganizado e cercado de uma aura de menosprezo social.

Embora esse tenha sido, sem sombra de dúvida, o panorama mais amplo de grande parte da América Latina no período colonial, estudos recentes têm apontado para a importância do movimento interno da economia como atividade de suporte à exportação e aos núcleos urbanos em formação e desenvolvimento.

(...) Nas vilas e cidades, as ocupações eram diversificadas, o que, sem dúvida, atraía a mão-de-obra que não encontrara espaço nas zonas de mercado internacional ou era considerada inadequada. O conjunto das atividades, por sua vez, que podiam chegar a mais de cem tipos, organizava-se por setores específicos, atendendo à demanda local e à de revenda para outras regiões. Dos arredores rurais vinham os excedentes da produção para o abastecimento, que era comercializado nas vendas e quitandas, geralmente nas áreas centrais. Como entrepostos de comércio e pontos de passagem, ligavam o interior com os portos de embarque. Por tudo isso, havia que ter movimento nas ruas, negócios, gente nas janelas, festas e procissões religiosas. (Samara, 2005, p. 39-40)¹

Em trabalho mais recente, Jorge Caldeira, no livro *História do Brasil com empreendedores*, aprofunda o questionamento do quadro senhor-escravo e latifúndio-agroexportador como sistema produtivo dominante e quase exclusivo. O autor identifica o pensamento de Caio Prado Jr. como espécie de matriz de longa duração no pensamento de esquerda brasileiro, mas com premissas muito problemáticas do ponto de vista de uma abordagem materialista e marxista. No contexto da discussão que nos interessa mais de perto, vale ao menos anotar a observação de Caldeira, em debate direto com *Formação do Brasil contemporâneo*:

A proposição, então, qualificaria a apropriação extraeconômica dos excedentes de trabalhadores escravos como a única sociologicamente relevante para compreender a produção da riqueza. Não resta a menor dúvida que a escravidão era relevante para o enriquecimento da economia colonial, ou que os escravos tivessem um papel fundamental na produção de riqueza. O problema é outro. Admitir que a escravidão fosse uma forma de produção social importante é algo muito diferente de concluir que as demais relações sociais não têm significado na produção da riqueza, ou seja, que para aqueles que não eram escravos nem senhores, “não havia lugar no sistema produtivo na colônia”. O grande problema da frase não está na valorização do trabalho escravo, mas na deliberada exclusão de todos os homens livres na análise da produção social do valor. (CALDEIRA, 2009, p. 153)

¹ Vale anotar que o trabalho de Eni de Mesquita Samara é de 1975, tendo como título original *O papel do agregado na região de Itu*, e mais recentemente publicado como *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*.

Já no artigo “Escravidão e Sociabilidade Capitalista: um ensaio sobre a inércia social”, ao analisar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, Adalberto Cardoso argumenta que no Brasil colônia e império não houve um único regime de escravidão. Sustenta o autor que

[a] identificação de diferentes regimes de escravidão mostrou que o Brasil-colônia não era um território dominado exclusivamente por plantations monocultoras, nem a sua estrutura social tão simples como se supôs até pelo menos inícios dos anos 1970. Escravos e donos de terras eram sem dúvida as classes centrais, mas havia uma infinidade de outros grupos também importantes para a sustentabilidade da ordem escravista, que incluíam artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais produzindo para si mesmos etc. Mais ainda, a grande extensão de terra ocupada por monocultura e empregando centenas de escravos foi exceção no período colonial e depois. (CARDOSO, 2008, p. 75)

Com o objetivo de demonstrar que o fim da escravidão não levou diretamente à passagem para o trabalho capitalista ou assalariado, mas a formas variadas de trabalho livre e/ou não-escravo, num processo de longa duração, Adalberto Cardoso anota mais adiante:

Portanto, a transição para o trabalho livre no Brasil não foi necessariamente uma transição para o trabalho capitalista ou assalariado. Ao longo dos séculos, os cativos e/ou seus descendentes se libertaram da escravidão e passaram a compor a população não diretamente envolvida com a economia escravista, que com o tempo se avolumou em virtude da miscigenação. Em 1850, quando cessou o tráfico negreiro, havia cerca de dois milhões de escravos numa população estimada em oito milhões de almas, das quais mais de 90% viviam no campo. A força de trabalho já não era majoritariamente escrava. O censo demográfico de 1872 contou perto de dez milhões de brasileiros, dos quais 1,5 milhão de cativos. Como considerar intersticiais, ou sem lugar, os 75% de brasileiros que já não eram escravos em 1850? Esse grupo heterogêneo, mestiço, majoritariamente miserável, disperso pelo território nacional e afeito à migração constante em busca de meios de vida não participava diretamente do setor dinâmico da economia (que então se deslocava para as lavouras de café de São Paulo), mas era parte da dinâmica social mais geral. É certo que os meios de sobrevivência ao alcance desse grupo eram restritos e altamente precários, muitas vezes gravitando em torno das grandes propriedades, de modo que poderiam ser considerados cativos de outros mecanismos de sujeição, como o colonato e a parceria, mas ainda assim seu status era inequívoco, mesmo que definido na negativa: era um grupo composto por não-escravos. (CARDOSO, 2008, p. 76-77)

O que todos estes estudos, os quais possuem interesses diversos e formas de abordagens diferentes entre si, apontam em conjunto é, não somente para a configuração social mais complexa das relações sociais e de classe no Brasil, desde o período colonial, mas também, e sobretudo, para a relevância de “grupos compostos por não-escravos” como “parte da dinâmica social mais geral”. Nesta altura, podemos nos perguntar: quais as relações destas formulações históricas e sociológicas com o problema literário que se tem em vista? Em primeiro lugar, elas nos fazem entender que a presença expressiva do que temos chamado de homem livre pobre no romance rural (mas não só nele) tem lastro histórico com longo percurso de sedimentação na nossa experiência social. Em segundo, e por consequência, a sua presença como matéria ficcional forte sugere estar alicerçada numa experiência histórica em que o homem livre pobre é a regra e não a exceção. Terceiro, a sua posição social (concreta) e também literária (simbólica) foi sempre variada e sempre precária. Por último, as relações de favor que pressupõem como matriz social formativa dominante a relação senhor-escravo, elaboradas nos termos de Roberto Schwarz para pensar os pobres na literatura machadiana, são uma das formas de reprodução social e de figuração literária deste grupo social.

Referências

- ALENCAR, José. *O tronco do ipê*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. *O sertanejo*. São Paulo: Edigraf, s.d.
- _____. *Til*. São Paulo: Escala, s.d.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade: um ensaio sobre a inércia social. In *Novos Estudos CEBRAP*, número 80, março 2008, p. 70-89.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Unesp, 1997.
- MARTINS, Eduardo Vieira. Apresentação. In TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*. Campinas: Unicamp, 2011.
- SAMARA, Mesquira Samara. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; 34. 2000.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1977.
- TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato*. (Org. Eduardo Vieira Martins) Campinas: Unicamp, 2011.
- _____. *O Cabeleira*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1977.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. In *O mundo rural como espaço de vida*. Porto Alegre: Ufrgs, 2009.

Recebido em: 30/09/2017

Aceito para publicação em: 10/12/2017